

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS PEQUENAS

Cristiani Garioli Walkers Aigner ¹
Rayanna Nogueira da Luz ²
Vívica Camila Côrtes Porto ³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da ludicidade, entendida aqui, como jogos e brincadeiras, no desenvolvimento integral de crianças pequenas. Para tanto, busca-se identificar o papel da mediação em práticas que envolvam o lúdico no contexto da Educação Infantil, assim como, propor atividades lúdicas que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem da criança. Fica a inquietação: por que as brincadeiras saudáveis que estão presentes no dia a dia das crianças não podem ser inseridas dentro da sala de aula de forma planejada e organizada a fim de auxiliá-las em seu processo de ensino-aprendizagem? Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma abordagem descritiva, envolvendo diversos autores, como: Kramer (1995), Piaget (1975), Vygotsky (2000), entre outros. Por meio de uma leitura detalhada e bem analisada, foi possível compreender a importância das atividades lúdicas na formação social, emocional, física e intelectual da criança, além de fazer com que o educador tenha uma reflexão mais ampla de como e porque trabalhar os jogos e brincadeiras integrados aos conteúdos curriculares.

Palavras-chave: Lúdico. Brincadeira. Jogos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the contributions of playfulness, defined here as games and fun plays, in the integral development of children. This study has as purpose to identify the role of mediation in practices that involve playfulness in the context of early childhood education, as well as to propose play activities that contribute to the teaching-learning process of the child. There is a concern: Why cannot the healthy games that are present in the daily live of the children be inserted into the classroom in a organized and planned way to assist them in their teaching-learning process? It is a bibliographical research, based on a descriptive approach, involving several authors, such as: Kramer (1995), Piaget (1975), and Vygotsky (2000), among others. Through a detailed and thoroughly analysed reading, it was possible to understand the importance of playfulness activities in the social, emotional, physical and intellectual formation of the child, as well as to make the educator has a broader reflection on how and why to work the games and integrated play to the curricular contents.

Keywords: Playful. Just kidding. Games.

INTRODUÇÃO

O papel da escola na vida da criança se torna primordial, visto ser um espaço-tempo propício para desenvolver processos de aprendizagens. A Educação Infantil tem

¹ Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

² Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

³ Mestre em Educação. Orientadora desse Trabalho de Conclusão de Curso. Professora do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

sido objeto de estudos e palco para diversas análises sobre a criança, sua infância e seu processo de desenvolvimento. Por ser a primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil deve oferecer propostas pedagógicas de acordo com a faixa etária de cada estudante para ampliar as possibilidades de aprendizagens inventivas.

As crianças possuem necessidades e características próprias e a escola cumpre um importante papel nesse sentido, que é ofertar um espaço adequado às brincadeiras juntamente a situações de aprendizagem que sejam expressivas, colaborando para o desenvolvimento de forma deleitosa e saudável.

As atividades lúdicas já existem na vida da criança desde os primórdios da humanidade. O brincar e o aprender são palavras que possuem significados amplos quando desenvolvidos e compreendidos. Brincar é um sinal de saúde, pois quando uma criança está bem, normalmente, busca uma atividade lúdica. As brincadeiras também podem ser úteis para detectar problemas físicos e psicológicos, isso porque quando a criança brinca, ela expressa sentimentos, pensamentos e emoções.

Diante dessa perspectiva, o trabalho pesquisado é sobre a importância da ludicidade nas práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças pequenas, ou seja, crianças de zero a cinco anos de idade matriculadas no espaço da Educação Infantil. Vem explicar de maneira mais abrangente que na escola é possível brincar, aprender, criar e recriar conhecimentos que ampliarão o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social da criança. O brincar, os jogos e as atividades lúdicas quando desenvolvidas de maneira eficaz, contribuirá para um desenvolvimento mais amplo e significativo.

Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da ludicidade, entendida aqui, como jogos e brincadeiras, no desenvolvimento integral de crianças pequenas. Para tanto, busca-se identificar o papel da mediação em práticas que envolvam o lúdico no contexto da Educação Infantil, assim como, propor atividades lúdicas que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem da criança.

Para alcançar os objetivos propostos aqui traçados, optou-se pela metodologia da pesquisa bibliográfica, em uma abordagem qualitativa, na qual buscou-se a coleta

de informações, conceitos e dados em material já elaborado, constituído, principalmente, por livros e artigos científicos.

A INFÂNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA

Tudo o que ocorreu na história da infância no seu início tem forte influência nos dias atuais, fazendo com que o conceito de infância sofresse alterações ao longo do tempo.

Antigamente, por volta do século XII, o índice de mortalidade infantil era muito alto, principalmente devido à saúde e às condições de higiene, que, na maioria das vezes, eram muito precárias.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (HEYWOOD, 2004, p. 87).

As crianças eram tratadas com muito descaso e só se tornavam dignas de certa atenção quando conseguiam fazer coisas que os adultos faziam; antes disso, cresciam sem uma identidade própria. As amas de leite ou as mães mercenárias eram as pessoas que cuidavam dessas crianças e não lhes eram cobrados nenhum preparo para isso.

Ariès (1981) relata sobre um sentimento relacionado à criança, chamando-o de superficial:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 10).

As crianças eram vistas como pequenos adultos e não possuíam suas próprias características, sendo ignoradas até mesmo pela Arte que, “[...] desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1981, p. 50).

Cobrava-se da criança um comportamento acertado com relação à razão e aos bons costumes, em que os adultos eram responsáveis pela razão e pela formação do seu caráter. O modo de pensar e agir da criança não era levado em consideração, pois era vista desprovida de tudo, a fim de ser completada por adultos para seguir para a vida adulta.

O modo de ver a infância sofreu alterações, consequência das transformações que o ser humano vem passando com o tempo. A partir dessas transformações no percurso da história, foi possível perceber a mudança na forma “[...] de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância” (BUJES, 2001, p. 13).

Com um novo olhar para a criança e sua infância, surge o esboço dos primeiros espaços de Educação Infantil. Segundo Decrout (1997), as creches são organizações do século XVIII e as pré-escolas são instituições do século XIX.

Em 1908, surgiu a primeira creche e em 1909, no Rio de Janeiro, o primeiro Jardim de Infância, sendo que em “[...] 1933, foram introduzidos órgãos na aparelhagem da assistência à infância, tais como: lactários, jardim de infância, gota de leite, consultórios para lactante, escolas, materiais e policlínicas infantis” (DECROUT, 1997, p. 58).

O atendimento nessas instituições especializadas começou em virtude das mudanças sociais e econômicas, causadas pela Revolução Industrial. Muitas mulheres deixavam seus lares para trabalhar fazendo parte do mercado de trabalho, pois os homens se ausentavam para servir na 1ª Guerra Mundial. Por isso, as mulheres foram obrigadas a deixar seus filhos menores com vizinhas que desempenhavam o papel de guardiãs. Elas alimentavam e cuidavam das crianças. Surgiu, então, a necessidade de se criarem instituições e creches para atender a essas crianças.

As creches, destinadas às famílias menos favorecidas, cuidavam de crianças de 0 a 3 anos de idade, em período integral. No entanto, não apresentavam preocupação pedagógica. Já as pré-escolas, acolhiam crianças entre 4 a 6 anos e tinham caráter pedagógico, pois visavam prepará-las para a alfabetização. Com período parcial, era voltada para famílias de classe média.

As creches públicas viam as crianças como deficientes e carentes. Com a pressão das mães, por meio de movimentos populares, aconteceram mudanças nas políticas educacionais. Isso promoveu melhorias em todos os aspectos, tanto pedagógicos quanto materiais. Na questão pedagógica, houve uma maior assistência dos governos a essa modalidade de ensino, instaurando-se, assim um novo momento.

A Educação Infantil, no Brasil, teve influência tanto social quanto política. No campo social, influência da expansão das indústrias e do setor trabalhista; e, no campo político, o amparo inicial da Constituição de 1988 em seu Art. 7^a, XXV, e posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Essa modalidade de ensino vem passando por muitas transformações desde seu marco inicial. O ensino oferecido reflete as necessidades sociais e políticas de cada época. A princípio surge uma proposta de educação baseada na abordagem compensatória, na qual a educação pré-escolar aparece como um “remédio” para os males da escola brasileira.

A partir da década de 1980, por meio do Programa Nacional da Educação Pré-escolar, a função da pré-escola passa a ser a promoção do desenvolvimento global e harmônico da criança. Ao mesmo tempo em que se afirmava que essa não deveria ser vista como preparatória para a escola, considerava-se que ela poderia contribuir para uma melhor aprendizagem no ensino fundamental.

Segundo Oliveira (1992), a educação compensatória marginalizava os menos favorecidos, não promovia mudanças na base da sociedade pré-estabelecidas. Com isso, surge a necessidade de ser repensada a proposta de trabalho na Educação Infantil, de maneira que promovesse estimulação cognitiva, preparando, assim, crianças de famílias menos favorecidas para alfabetização.

Com a Constituição Federal de 1988, a criança passou a ser proclamada não mais como a futura cidadã, mas como a cidadã que já é, desde o momento em que é gerada (art. 227), passando o estado a ter o dever de atender, institucionalmente, aos menores de sete anos (art. 208, IV), bem como vincular o atendimento em creches e pré-escolas, ao capítulo da educação (OLIVEIRA, 1992).

No momento seguinte à promulgação da Constituição Federal, iniciou-se o processo de formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 – LDB/96. Promulgada essa lei, a Educação Infantil passa a ser vista como direito da criança, apesar de não ser obrigatória.

A LDB 9394 de 1996 definiu que a Educação Infantil deveria ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de 0 a 3 anos de idade; e, em pré-escola, para as crianças de 4 a 6 anos de idade. Ainda que não obrigatória, constituiu-se um direito público, cabendo a expansão da oferta ao município, com o apoio das esferas federal e estadual.

A mesma Lei em seu artigo 29 define a finalidade da Educação Infantil como “[...] o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Esse tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento, e não como áreas separadas, evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, a fim de promover seu desenvolvimento integral e sua inserção na sociedade como cidadão de pleno direito.

Com sua reestruturação em 2006, a Educação Infantil passou a compreender o atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas, proporcionando uma transição contínua ao ensino fundamental, sendo definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Segundo Kramer (1995), para compreender a história da Educação Infantil no Brasil é necessário conhecer o seu desenvolvimento e as transformações na busca de se enquadrar dentro das expectativas da sociedade. Ao pensar em jogos e brincadeiras como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem das crianças, deparam-se com diversas leis que abordam e garantem esse direito como princípio legal a ser considerado em seu processo de desenvolvimento.

De acordo com o princípio 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “[...] a criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas”. Os artigos 4º e 16º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) confirmam esse direito, que também é assegurado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) estabelece que

a brincadeira é uma das atividades essenciais para o desenvolvimento da criança, incluindo a sua identidade e autonomia, pois desde bem pequena a criança pode se comunicar por meio de sons e gestos, exercitando e desenvolvendo, posteriormente, a fantasia e a imaginação, que são elementos fundamentais para a sua relação com o mundo (BRASIL, 1998, p. 22).

Privar a criança de uma educação de qualidade de forma prazerosa e com atividades lúdicas que exercitem o seu raciocínio lógico é o mesmo que privá-la do seu desenvolvimento integral e autônomo. Assim, a escola deve priorizar o cumprimento desse direito, para que o desenvolvimento pleno da criança seja assegurado com todas as suas potencialidades.

O LÚDICO E SUAS IMPLICAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Os jogos são muito mais que meros passatempos, eles possuem diversos benefícios didáticos essenciais para a aprendizagem da criança. Por meio deles pode-se estimular a criança em diversas situações educacionais, sendo utilizados para avaliação de aprendizagens específicas. Esse processo de ensino-aprendizagem deve ser o mais dinâmico possível, pois ele tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, promovendo sua satisfação e autoconfiança.

Como sujeito de direitos, a criança também é um ser ativo para a sociedade em seu processo de desenvolvimento. O jogo vem sendo o princípio que contribuirá para sua formação, visto que jogando, a criança descobre a sua flexibilidade, habilidade corporal, podendo explorar seus movimentos. Essa descoberta possibilita sua interação e socialização com outros sujeitos, desenvolvendo-se em seus aspectos cognitivo, motor e afetivo-social. Trazendo para a criança estímulo, por meio de jogos variados, ela se sentirá desafiada e estimulada a aprender, de forma a garantir a aprendizagem e maturação em sua caminhada.

De acordo com Piaget (1975), pode-se compreender que o jogo viabiliza situações de manipulação, experimentação e de conflito do indivíduo com ele mesmo, com outros e com os objetos, dando base para o seu desenvolvimento cognitivo.

A brincadeira é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do ser humano, pois, o brincar traz essa contribuição pelos aspectos da formação cognitiva, afetiva, psicológica e motora. Muitas vezes, o padrão que a escola vem seguindo é

outro - com relação à criança pequena, usa-se de repreensão e restrição constantes em cada um de seus movimentos. As escolas adotam regras e adestram a criança a ter um comportamento aceitável socialmente, ignorando a criança como um todo, ou seja, negando-lhe o seu desenvolvimento pleno.

Segundo Catunda (2005), a sala de aula poderia ser menos séria e mais alegre, poderia ser mais viva. Se assim ocorresse, estaria partindo para uma aprendizagem significativa que privilegiasse o homem como um ser em sua integralidade que é um corpo, que sente o corpo, que vive esse corpo e que expressa suas emoções por intermédio desse corpo.

Segundo Cunha (2000), o momento em que a criança está completamente absorvida pelo jogo é um momento mágico e precioso que não deve ser interrompido, visto que está sendo exercida a capacidade de observar e manter a atenção concentrada. As atividades lúdicas são de suma importância para o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social, causando prazer a quem pratica, como também, maior interesse no relacionamento com o outro.

Nesse processo, a criança edifica e modifica sua realidade e assimila conhecimento. Existem influências com relação às atividades lúdicas que são ricas em oportunidades e experiências para o desenvolvimento saudável da criança. A escolha de trabalhar de maneira lúdica em sala de aula, tendo a intencionalidade do fazer pedagógico como propulsor do aprender, é de suma importância para a rotina no cotidiano escolar.

Para Vygotsky (2000 p. 84), as crianças desenvolvem “[...] estruturas mentais pelo uso de instrumentos e sinais. A brincadeira, a criação de situação imaginária surge de tensão do indivíduo e da sociedade, o lúdico liberta as crianças das amarras da sociedade”. Ou seja, brincar na Educação Infantil tem uma grande contribuição para a criança aprender a conviver em sociedade, dividir o que tem e amadurecer as suas estruturas mentais. Assim, a criança que brinca, desenvolve a criatividade, a espontaneidade, a imaginação e, ainda, aprende a conviver com outras crianças e adultos.

Segundo Almeida (1995, p. 11), o lúdico “[...] é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações

constantes com o pensamento coletivo [...]”, contribuindo, assim, para melhorar o ensino, para a qualificação e formação crítica da criança, como também, para potencializar as relações sociais.

A brincadeira proporciona à criança um espaço que a faz construir um mundo de conhecimento sobre si e o espaço em que vive; ela é uma ponte entre a sua realidade e a do adulto. A construção de uma prática pedagógica mais lúdica está diretamente ligada à forma como se compreende a realidade. Acredita-se que o processo de alfabetização se torna mais prazeroso quando a ludicidade está presente nas atividades propostas aos alunos. Além de buscar a apreensão de conteúdos trabalhados por meio dos jogos e das canções.

O lúdico proporciona ao aluno o desenvolvimento de habilidades de pensamento, como analisar, classificar, comentar, concluir, criticar, explicar, justificar, resumir, criar, seriar, entre outros. Fazendo agrupamentos de duplas, trios ou quartetos, haverá uma interação fundamental para promover boas aprendizagens, já que as pesquisas realizadas durante as últimas décadas mostram claramente que a relação entre os alunos pode incidir de forma decisiva sobre aspectos, tais como, a aquisição de competências e destrezas sociais (COLL, 1998).

O educador infantil pode e deve usar o lúdico como tática para ensinar sem que a brincadeira tenha apenas o papel de ser porta de avaliação, mas brincar pelo prazer de brincar, e assim, permitir que a criança amplie o saber edificado. Como diz Moyles (2002, p.175): “Por mais sólidos que sejam os argumentos a favor do brincar na infância e na idade adulta, ainda haverá cétricos que não veem nele valor nenhum, pelo menos no que se refere à educação”.

Os educadores, que avaliam o brincar como estratégia de ensino-aprendizagem, conseguem êxito em seu trabalho e as crianças aprendem de maneira significativa quando estes certificam que as atividades sejam divertidas e prazerosas. Adultos e crianças ao brincar, estão sendo favorecidos. Essa interação gera maior entendimento dos sentimentos, atitudes, pensamentos e diferenças mútuas.

O profissional da educação precisa fazer uma autoanálise quanto a sua prática educativa e entender que é necessário atender às necessidades da criança do século atual, desenvolvendo com elas atividades lúdicas com dinamismo, despertando a curiosidade e facilitando seu conhecimento empírico. Ao pensar em

criança pequena, é necessário pensar em brincadeiras e jogos que estimulem o desenvolvimento e a aprendizagem.

Durante as atividades lúdicas, a criança contrai várias e novas experiências, socializa com outras crianças, formando assim, seu pensamento; adota decisões, amplia o pensamento abstrato e cria maneiras diferentes de jogar, brincar e produzir novos conhecimentos (VYGOTSKY, 2000).

Vygotsky (2000) destaca o valor do intermédio e do papel mediador do *outro* para o desenvolvimento da criança. O educador deve levar em conta o conhecimento que a criança já possui sobre o conteúdo a ser trabalhado, ou seja, enquanto mediador do saber estimula a Zona de Desenvolvimento Proximal da criança – trata-se de um período em que ela necessita da ajuda de uma pessoa mais experiente que saiba o conteúdo que está sendo trabalhado. Busca-se, assim, chegar à zona de desenvolvimento real da criança, caracterizada pelo desenvolvimento mental, ou seja, o educando consegue realizar as atividades sem necessitar da ajuda de outras pessoas.

A brincadeira vai contraindo aspectos mais sociais com o surgimento das regras e dos combinados que devem ser respeitados por serem carregados de emoções e afetos. Nesse sentido, o professor deverá oferecer experiências concretas e organizadas, respeitando os interesses dessa fase, pois a criança está buscando os significados da sociedade que a cerca, organizando conhecimento de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ensino de qualidade tende a desenvolver cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de aptidões que permitam lidar com a rapidez na produção e movimentação de novos conhecimentos e informações sempre crescentes.

Trazer para sala de aula uma realidade complexa e em constante transformação sem valorizar a bagagem do aluno é um erro, pois ninguém chega à escola como uma folha em branco, já que a experiência e a convivência em outros meios sociais são os primeiros elementos que contribuem na construção dos valores.

Ao estudar sobre a influência exercida pelos jogos e brincadeiras na aquisição do conhecimento, fez-se reflexão sobre a importância de sua utilização como ferramenta pedagógica na Educação Infantil, sendo necessária a valorização do brincar, cuidar, a vivência do lúdico, respeitando as capacidades individuais e favorecendo oportunidades múltiplas de desenvolvimento.

Assim, pode-se dizer que os jogos na educação e sua prática vêm crescendo ao longo do tempo, principalmente na reformulação da educação como métodos e alternativas em busca de soluções dos problemas vivenciados no cotidiano infantil, tornando as aulas mais atrativas. Além disso, as atividades da criança pequena são lúdicas e não competitivas, compreendendo a função que desenvolve e, muitas vezes, se aprende regras sociais por meio do faz de conta e imitação.

A Educação Infantil deve organizar uma aprendizagem que tem início na família e nas experiências vividas pela criança. Para tanto, faz-se necessário criar canais permanentes de diálogo, considerando a família como responsável no processo de formação da criança.

Os jogos precisam se tornar uma ferramenta valiosa no planejamento do trabalho pedagógico, e, de acordo com diversas pesquisas já realizadas é hoje uma atividade que tem a mesma importância que qualquer outro exercício em sala. Por isso, é importante que os professores planejem a sua execução, traçando metodologias que envolvam a intencionalidade da ação.

A criatividade, a livre expressão do lúdico e a utilização dos jogos pedagógicos facilitam o desempenho posterior da criança nos estudos. Por isso, há necessidade de agregá-los à prática escolar como ferramentas pedagógicas para se alcançar os objetivos do ensino, tendo o professor comprometido com o processo educativo ao buscar de todas as formas possíveis oferecer aos seus alunos meios diversificados para que se desenvolvam.

As atividades lúdicas na Educação Infantil, quando trabalhadas corretamente, fazem com que a criança seja mais reflexiva, crítica, pensante e atuante no meio em que vive, além de propiciar uma aprendizagem mais prazerosa e qualificada.

Diante disso, é fundamental que o educador promova atividades lúdicas diversificadas, propiciando o desenvolvimento da criança. Atividades variadas, que

estimulem a aprendizagem e potencializem o processo de desenvolvimento infantil a partir da mediação e interação com o *outro*. Potencializar o uso dos jogos e brincadeiras nas relações e interações da criança pequena no espaço-tempo da Educação Infantil favorece a ampliação dos processos de aprendizagens nos diferentes espaços de convivência, visando, assim, seu desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico e afetivo-social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

ARIÈS, P.. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação e Desporto. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1996.

_____. Ministério da Educação e Desporto. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil: pra que te quero**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (orgs.). *Educação Infantil pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

CATUNDA, R. **Brincar, criar e vivenciar na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

COLL, C. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1998.

CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil: Teoria e prática**. 18ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

DECROUT, R. C. R. da. **Fundamentos da educação pré-escolar**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1997.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOYLES, J. R. **A excelência do brincar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1992.

ONU. **Declaração universal dos direitos da criança**. 1959. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a>. Acesso em: 13 de ago. 2017.

PIAGET, J. **A formação do Símbolo da Criança: Imitação, Jogo e sonho, Imagem e Representação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, L. S.. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.